

Notícias Sindicais, 21/02/14

Agência Brasil, 20/02/14

Janeiro registra desemprego de 4,8%, menor taxa do mês na série histórica

Vitor Abdala - Repórter da Agência Brasil Edição: José Romildo

O mês de janeiro deste ano registrou uma taxa de desemprego de 4,8%. O dado da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) foi divulgado hoje (20) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esta é a menor taxa para um mês de janeiro da série histórica da PME, iniciada em março de 2002. Em janeiro de 2013, o desemprego havia ficado em 5,4%. Já em dezembro de 2013, a taxa havia sido de 4,3%.

O número de desocupados (1,2 milhão de pessoas) é 9,6% maior do que dezembro, mas 12,6% menor do que o observado em janeiro do ano passado. Já a população ocupada (23,1 milhões) caiu 0,9% em relação a dezembro e manteve-se estável na comparação com janeiro de 2013.

O número de trabalhadores com carteira assinada ficou em 11,8 milhões, ou seja, estável em relação a dezembro e janeiro de 2013. A PME é realizada em seis regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre.

Agência Brasil, 21/02/14

Em um ano, rendimento médio do trabalhador tem ganho de 3,6%

Vitor Abdala - Repórter da Agência Brasil Edição: Lílian Beraldo

O rendimento real habitual do trabalhador ficou em R\$ 1.983,80 em janeiro deste ano. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgados hoje (20) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o valor é 0,2% acima do observado em dezembro e 3,6% superior ao de janeiro do ano passado (considerando-se valores já corrigidos pela inflação).

Na comparação com dezembro, houve ganhos no poder de compra nos setores de comércio (1,4%), educação, saúde e administração pública (1,1%) e serviços domésticos (0,6%). Na comparação com janeiro de 2013, observa-se crescimentos em todos os segmentos, com exceção dos serviços prestados à empresa, que se mantiveram estáveis. O destaque foram os serviços domésticos, com ganho de 7,5% em um ano.

Entre os tipos de vínculo empregatício, em um mês tiveram ganhos no poder de compra apenas estatutários e militares (2,8%) e trabalhadores por conta própria (0,6%). Já na comparação com janeiro de 2013, apenas os militares e estatutários tiveram queda no rendimento (-0,9%), enquanto todos os demais tiveram aumento, com destaque para os empregados do setor privado sem carteira assinada (7%).

A taxa de desemprego em janeiro deste ano ficou em 4,8%, abaixo dos 5,4% de janeiro de 2013, mas acima dos 4,3% de dezembro. A população ocupada caiu 0,9% em relação a dezembro e ficou estável na comparação com janeiro de 2013.

Nenhum grupo de atividade teve crescimento da população ocupada em janeiro deste ano. Na comparação com janeiro de 2013, todas mantiveram-se estáveis. Já em relação a dezembro, houve quedas de 2,7% no setor de educação, saúde e administração pública e de 2,3% no segmento do comércio.

Portal da CUT

Metalúrgicos do sul de Santa Catarina aceitam proposta e encerram greve

20/02/2014

Acordo garante ganho real aos trabalhadores

Escrito por: Maristela Benedet

Nas Assembleias realizadas dia 19 de fevereiro, em frente às empresas, os metalúrgicos aceitaram a proposta patronal escalonada de 10%, sendo 5,56% de INPC do período e 4,44% de ganho real para quem recebe acima de R\$ 3.000,00; aqueles que ganham de R\$ 3.001,00 até R\$ 4.300,00, 8% e, quem recebe acima de R\$ 4.301,00 irá ganhar 5,56% referente à inflação.

O abono passou de R\$ 270,00 para R\$ 300,00 e os dias parados não serão descontados e negociados individualmente por cada empresa para pagamentos nas férias ou horas extras. Na avaliação do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Criciúma e região (Sinmetal), Francisco Pedro dos Santos, foi conquistado um dos melhores índices dos últimos tempos com um ganho real que supriu as perdas dos trabalhadores em quase 5%. "Esse era o anseio da categoria e servirá de referência para as demais negociações aqui na região. Queremos ainda, parabenizar os metalúrgicos pela adesão em massa sendo que nem mesmo a presença da polícia fez com que eles voltassem a trabalhar, mostrando consciência sobre a importância de luta. Um agradecimento especial ao

movimento sindical da região que mais uma vez esteve presente nesse protesto”, disse o presidente.

Portal da CUT

Metalúrgica Duque tem 60 dias para apresentar plano de recuperação

20/02/2014

Trabalhadores ainda vinculados devem aguardar o chamado da empresa para, se for o caso, retornar às atividades

Escrito por: Juliana Palaoro - Sindicato dos Mecânicos de Joinville

O pedido de processamento da recuperação judicial da Metalúrgica Duque foi aceito pela juíza Viviane Isabel Daniel Speck de Souza. Ela nomeou também o advogado, Anderson Onildo Socreppa (OAB n. 12.681/SC), com endereço na Rua Maria Deomar da Costa Neves, 212, Centro, Caçador – SC, para exercer o cargo de administrador judicial.

Dentre as exigências quanto à apresentação dos documentos, foi concedido o prazo improrrogável de sessenta dias, a contar da data da publicação da presente decisão, para apresentar o plano de recuperação judicial, que deverá observar os requisitos previstos nos arts. 53 e 54 da lei n. 11.101/05, sob pena de reversão em falência, caso não seja cumprida as obrigações. A estimativa é que o prazo termine no final de abril.

Neste período, a empresa não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo permanente, salvo com autorização judicial, depois de ouvido o Comitê, com exceção daqueles previamente relacionados no plano de recuperação judicial.

Diante da situação, os trabalhadores ainda vinculados devem aguardar o chamado da empresa para, se for o caso, retornar às atividades. Para aqueles que tiveram rescindido os contratos e os que não pretendem continuar na empresa prestaremos esclarecimentos todas as quintas-feiras às 16 horas na sede do Sindicato dos Mecânicos de Joinville.

As ações trabalhistas para cobrança de salários, FGTS e verbas rescisórias seguem a tramitação normal, até a decisão final.

Diante desta nova situação da empresa, em processo de Recuperação Judicial, aos trabalhadores cabe aguardar até a apresentação do plano de recuperação, que deverá apresentar as condições em que a empresa deve prosseguir as atividades, assim como a proposta para pagamento das dívidas com trabalhadores, bancos e fornecedores.

Esta proposta será submetida à apreciação em Assembleia Geral de Credores, o Sindicato convocará os trabalhadores para discussão e entendimento da proposta. Todos os trabalhadores podem e devem votar.

Portal CTB

Trabalhadores da Saúde da Bahia fazem protesto em frente a Hospital Geral

Nesta terça – feira (18), Sindimed, Sindisaúde e os profissionais de saúde do Hospital Roberto Santos, realizaram um protesto contra a falta de estrutura, bloqueios de leitos na UTI e sobrecarga de trabalho nos setores de emergência e urgência do Hospital.

De acordo com a técnica de enfermagem, Rosângela Barbosa, foi anunciado no governo Jaques Wagner que o Hospital teria 16 leitos ativos na área de UTI pediátrica, mas esta realidade não condiz com o que foi dito. Hoje existem 16 leitos, sendo que foram subdivididos em oito leitos para semi-intensivo e oito leitos para a UTI. Rosângela complementa ainda, que destes 16 leitos, dois estão desativados. “Dois leitos de cada área forma bloqueados, pois funcionários terceirizados estavam cometendo erros gritantes e nós tivemos que parar o nosso atendimento para capacitar estes profissionais contratados pela FESF”, afirmou a técnica de enfermagem.

A presidente do Sindisaúde, Inalda Fontenelle, falou sobre a sobrecarga que os ambulatórios vem enfrentando “ Há dois meses que um problema técnico de sistema está fora do ar e neste período nenhuma consulta pode ser agendada.”

O diretor do Sindimed, Luiz Américo, reforçou o apoio desta luta. “Pessoas não podem morrer por falta de planejamento do Estado”, declarou o diretor.

Fonte: Sindimed Bahia

Portal CTB

Metroviários do Recife fazem paralisação de 24h nesta sexta-feira

Em assembleia realizada na terça-feira (18) à noite na Estação Recife, os trabalhadores e trabalhadores aprovaram a proposta do Sindicato dos Metroviários (Sindmetro/PE) de realizar uma paralisação de advertência por 24 horas nesta próxima sexta-feira (21).

Apesar de já estar decretada a paralisação, nesta quinta-feira (20) os trabalhadores voltam a se reunir no mesmo horário e local para avaliar a posição da empresa ou qualquer fato novo, mas

até o momento o que foi definido é que o metrô do Recife paralisa suas atividades a partir da zero hora do dia 21 de fevereiro.

Além da paralisação da sexta-feira, por unanimidade os trabalhadores aprovaram também uma outra paralisação no dia primeiro de março se a CBTU não encaminhar de modo efetivo a melhoria da Assistência Médico Odontológica e revisão do Plano de Empregos e Salários.

Diante da falta de segurança e do descaso da empresa que insiste em não honrar o que acordou com os trabalhadores, a categoria não tem outra alternativa senão parar o sistema. A categoria já não aguenta mais as embromações por parte da empresa e sege mobilizada em seu movimento paredista.

Portal CTB com Sindimetro-PE

Portal da Força Sindical

Trabalhadores da Ambev elaboram pauta nacional de reivindicação

Documento será enviado ao grupo Ambev na próxima semana pela confederação da categoria e prevê, entre outros pontos, proposta de piso salarial e unificação de datas-base

A Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA Afins) realizou nessa quarta (19/2), o Encontro Nacional dos Trabalhadores da Companhia de Bebidas das Américas (Ambev), em São Paulo. Na ocasião, os 50 participantes, entre dirigentes de sindicatos e de federações dos trabalhadores do setor, elaboraram uma pauta nacional de reivindicações que inclui proposta de piso salarial no valor de R\$ 1.500 e unificação de datas-base. O evento faz parte do lançamento da Campanha Nacional de Combate aos Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais da CNTA Afins, que será realizada nessa quinta (20/2).

Com o objetivo de avaliar as atuais condições de trabalho no grupo Ambev (que representa mais de 51 mil trabalhadores no continente americano e cerca de 32 mil só no Brasil), a CNTA Afins destaca a preocupação dos trabalhadores com as más condições de trabalho. Segundo Artur Bueno de Camargo, presidente da CNTA Afins, "a Ambev tem como política manter o trabalhador em atividade até que este esteja produzindo com saúde. A partir do momento em que o trabalhador começa a apresentar algum problema de saúde, ele é dispensado.", comenta.

Outro ponto importante que foi tema de discussão entre os participantes, foi a falta de participação dos sindicatos na elaboração de programas de gratificação oferecidos pela Ambev (Participação nos Lucros e Resultados – PLR / Participação por Excelência Fabril - PEF). "Hoje, a Ambev discute a PLR separadamente com cada entidade sindical que, por sua vez, acaba sendo diferenciada. O sindicato deve participar desse processo, desde a elaboração, apresentando os indicadores e metas, e participando ativamente até o final. E é preciso que isso seja feito de forma transparente, coisa que atualmente a Ambev não faz.", destaca Bueno.

Salários e datas-base

A variação do piso salarial dos trabalhadores da Ambev (entre R\$ 910 e R\$ 1.100) foi outro ponto importante discutido entre os trabalhadores, que querem negociar o valor mínimo de R\$ 1.500 como piso salarial nacional. "As unidades, não importa onde estejam, têm o mesmo tipo de produção e o preço do produto no mercado quase não sofre alteração nos Estados, por isso, queremos discutir esse piso nacional, além de unificarmos as datas-base, possivelmente, para o mês de setembro.", afirma o presidente da CNTA Afins, que irá solicitar uma reunião com representantes da empresa com uma comissão de trabalhadores formada durante o evento.

Trabalho na Copa

Artur Bueno avalia ainda que o momento de preparação do Brasil para sediar a Copa do Mundo é apropriado para negociações, uma vez que a Ambev é patrocinadora oficial do campeonato mundial de futebol. "Entendemos que com esse evento internacional, as empresas irão exigir maior produção dos trabalhadores e nós vamos cobrar essa contrapartida. Entendemos que os trabalhadores merecem ter seu trabalho reconhecido e valorizado.", diz.

"Vamos levar ao conhecimento da Ambev essas reivindicações, e esperamos que ela abra negociação. Se não houver essa abertura, iremos mobilizar nossas bases e não estará descartada, inclusive, a possibilidade de manifestação a nível nacional em todas as unidades da Ambev.", completa Bueno.

Números crescentes

De acordo com a subseção do Dieese na CNTA, a AB InBev (Ambev) controla 14% do mercado mundial de cervejas, dominando o mercado na Bélgica, no Brasil e grande parte da Europa Ocidental. A empresa detém atualmente mais de duzentas marcas de bebidas, como Stella Artois, Brahma, Skol, Antarctica, Beck's e Leffe. Emprega 150 mil pessoas e opera em 32 países da América, Europa e Ásia. É a maior cervejaria do mundo em termos de volume de produção.

O EBITDA (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado consolidado cresceu 13,6% em 2012, se comparado a 2011, atingindo R\$ 15,679 bilhões. A receita líquida

totalizou R\$ 32,231 bilhões, 12,4% a mais do que em 2011. A margem EBITDA foi de 48,6% no ano, ante 48,4% em 2011. A geração de caixa operacional foi de R\$ 15,774 bilhões – um crescimento de 14,4% em relação ao ano anterior. E o lucro líquido ajustado foi de R\$ 10,558 bilhões, enquanto o lucro por ação ajustado (LPA) cresceu de R\$ 2,76, em 2011, para R\$ 3,38 em 2012.

O economista Paulo Alexandre de Moraes, do Dieese, destaca o crescente faturamento da empresa. “Todos os números (tanto lucro líquido, geração de receita, lucro bruto) vão no sentido de uma geração crescente e de uma empresa que se torna cada vez mais lucrativa.”, avalia.

O evento contou ainda com a presença de representantes de entidades de trabalhadores da Argentina, que também criticaram a falta de valorização do capital humano pelas empresas do grupo. O Brasil possui atualmente 144 mil trabalhadores no setor de Bebidas, sendo São Paulo o principal Estado em número de trabalhadores, com 33 mil; seguido pelos Estados do Rio de Janeiro (15 mil) e Pernambuco (11 mil).

Serviço:

Data: 20/2/2014 (quinta)

Hora: das 10h às 13h

Local: Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado de São Paulo (Fetiasp) – Rua Conselheiro Furtado, nº 987, Aclimação, São Paulo (SP).

Portal da UGT

Portaria 188 do Ministério do Trabalho trata sobre as transferências dos recursos da Contribuição Sindical

19/02/2014

Portaria MTE nº 188, de 29/01/2014 - DOU de 30/01/2014

Portaria MTE nº 188, de 29/01/2014 - DOU de 30/01/2014 e Republicada no DOU de 18/02/2014 – Dispõe sobre as transferências de valores dos recursos da arrecadação da Contribuição Sindical entre as entidades sindicais e a Conta Especial Emprego Salário estabelecidas nos artigos 590 e 591 da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

O Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, no Título V da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943,

Resolve:

Art. 1º Os procedimentos relacionados com a distribuição de valores arrecadados quando da inexistência de entidade sindical no sistema sindical brasileiro, será regulamentado nos termos desta Portaria.

Art. 2º Da importância da arrecadação da contribuição sindical serão feitos os seguintes créditos pela Caixa Econômica Federal, para as entidades representantes de empregados e empregadores:

- a) 60% para o sindicato respectivo;
- b) 15% para a federação;
- c) 5% para confederação correspondente; e
- d) 20% para Conta Especial Emprego e Salário.

Parágrafo único. O Sindicato dos trabalhadores indicará ao Ministério do Trabalho e Emprego a central sindical a que estiver filiado, que fará jus a 10% (dez por cento) dos créditos da repartição da Contribuição Sindical inseridas na letra d, do Art. 2º, sem prejuízo da observância dos critérios de representatividade previstos na legislação específica sobre a matéria.

Art. 3º Inexistindo sindicato representativo da categoria profissional ou econômica, o valor arrecadado a título de contribuição sindical será repassado da seguinte forma:

- a) 60% para a federação;
- b) 20% para a confederação correspondente; e
- c) 20% para Conta Especial Emprego e Salário.

Art. 4º Inexistindo sindicato e federação, simultaneamente, a repartição da contribuição sindical ocorrerá da seguinte forma:

- a) 20% para a confederação; e
- b) 80% para Conta Especial Emprego e Salário.

Art. 5º Inexistindo sindicato e confederação, simultaneamente, a repartição da contribuição sindical ocorrerá da seguinte forma:

- a) 80% para a Federação; e
- b) 20% para Conta Especial Emprego e Salário.

Art. 6º Inexistindo federação, o valor deverá ser repassado da seguinte forma:

- a) 60% para o sindicato;

- b) 5% para a confederação; e
- c) 35% para a Conta Especial Emprego e Salário.

Art. 7º Inexistindo federação e confederação, simultaneamente, o repasse dos valores arrecadados a título de contribuição sindical ocorrerá da seguinte forma:

- a) 60% para o sindicato; e
- b) 40% para a Conta Especial Emprego e Salário.

Art. 8º Inexistindo confederação, o montante arrecado a título de contribuição sindical será repassado da seguinte forma:

- a) 60% para o sindicato;
- b) 20% para a federação; e
- c) 20% para a Conta Especial Emprego e Salário.

Art. 9º Não havendo sindicato, nem entidade sindical de grau superior, ou central sindical, a contribuição sindical será creditada, integralmente, à Conta Especial Emprego e Salário.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor em 1º março de 2014.

Manoel Dias

Nota do Ernesto: estou estranhando esta matéria porque não está previsto o repasse para as centrais sindicais, estabelecido por Lei!

Portal Mundo Sindical

Sintego realiza na sexta (14) assembleia geral dos servidores da rede estadual de Educação

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego) - filiado à Central Única dos Trabalhadores no Estado de Goiás (CUT-GO) - realiza nesta sexta-feira (14), às 9 horas, no Jôquei Clube de Goiás, assembleia geral, com paralisação, da rede estadual de Educação. Os trabalhadores vão discutir e deliberar sobre os pontos do acordo que o governo assinou com a categoria em abril de 2012 e que até hoje não foram cumpridos:

1. Reajuste do Piso dos Professores;
2. Titularidade;
3. Gratificação de Desempenho e Gratificação de Formação Continuada;
4. Reajuste da Gratificação dos vice-diretores e secretários-gerais;
5. Eleição para Diretor de Escola;
6. Quadro Transitório do Magistério;
7. Concurso Público para Professores e Administrativos;
8. Data-base dos Administrativos;
9. Revisão das Tabelas de 30h e 40h dos Administrativos e fim da complementação do Salário Mínimo;
10. Sobrecarga de Trabalho e Reforma e Fechamento de Escolas.

Audiências

Nos últimos 15 dias, o Sintego esteve em audiência com os secretários estaduais da Educação (Vanda Siqueira) de Planejamento (Leonardo Vilela) e Casa Civil (José Carlos Siqueira) e voltou a cobrar o cumprimento do acordo.

"Restabelecemos o diálogo, mas não tivemos posicionamento sobre o que está pendente. Vamos discutir na assembleia e a categoria vai deliberar quais serão os caminhos que devemos trilhar para que sejamos valorizados e tenhamos nossos direitos respeitados", declarou Iêda Leal, presidenta do Sintego.

Fonte: Sintego - 20/02/2014

Portal Mundo Sindical

Assistentes sociais fazem manifestação em Aracaju

O Sindicato dos Assistentes Sociais de Sergipe (Sindase) realizou na manhã desta quarta-feira(19), uma manifestação da porta da prefeitura de Aracaju. Eles protestam contra a distinção dos profissionais que atuam na Secretaria da Assistência Social e na Secretaria da Saúde.

Os 100 assistentes sociais da Secretaria da Saúde de Aracaju reclamam o cumprimento da lei federal de número 12.317/10 ,do ano de 2010, que assegura a eles o trabalho de 30 horas semanais, sem que haja a redução salarial.

"Essa lei foi reconhecida e aplicada apenas para assistentes sociais que trabalham na secretaria municipal de assistência, mas deixou de fora cerca de 100 assistentes sociais de saúde. Nós não entendemos porque a mesma categoria pertencendo ao mesmo empregador, sujeito aos mesmos riscos e agravos, exercendo a mesma profissão, no mesmo território recebe tratamento tão desigual", disse a presidente do Sindase, Roseli Anacleto.

Na capital o trabalho dos assistentes auxília mais de 32 mil famílias, que são amparadas pelo programa Bolsa Família. "Os assistentes sociais coordenam as informações enviadas ao Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento Social. Esse trabalho vai ser prejudicado. Essas famílias correm o risco de ter o seus benefícios cancelados pela não manutenção das informações desses dados", disse o diretor do Sindase, Igor da Silva Machado.

De acordo com nota emitida pela Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Aracaju, embora se trate da mesma categoria, leis diferentes regem os assistentes sociais, tendo variação de salário de acordo com a lei de cada secretaria, conforme definição nos editais dos concursos.

Fonte: G1 - 20/02/2014

Portal da CUT

Supremo Tribunal de Justiça condena SBT por danos morais no Caso Escola Base

20/02/2014

Caso é considerado um dos maiores desvios éticos da história da imprensa brasileira; Rede Globo, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e revista IstoÉ já foram condenados

Escrito por: FENAJ

O Superior Tribunal de Justiça condenou a TV SBT, de São Paulo, a pagar R\$ 100 mil a cada um dos três ex-donos da Escola Base por dano moral. Relator do processo, o ministro Villas Bôas Cueva, manteve a condenação anterior, do Tribunal de Justiça de São Paulo, mas reduzindo o valor da indenização. A emissora, que em 1994 veiculou uma série de reportagens acusando os proprietários da escola de abuso sexual contra crianças, anunciou que recorrerá da decisão.

Histórico

Em 1994, duas mães denunciaram um suposto abuso sexual de seus filhos. O chamado "Caso Escola Base" teve ampla repercussão na imprensa que, a partir de um laudo inconcluso do Instituto Médico Legal - após exames em um dos meninos, o laudo inconcluso apontou que "o resultado do exame é compatível para a prática de atos libidinosos" - explorou o caso com sensacionalismo, inclusive expondo a versão da existência de orgias sexuais em pleno horário de aula, ou mesmo numa Kombi que levava as crianças para casa.

Inebriado pelo assédio jornalístico, o delegado Edélson Lemos, responsável pelo caso na época, fez uma série de declarações equivocadas à mídia. Rapidamente três casais envolvidos com a escola foram apontados como pedófilos. Em seguida registraram-se reações populares de depredação da escola e ameaças de morte contra os donos da instituição, que fecharam a escola e tiveram suas vidas destruídas. Após ampla investigação, o inquérito policial foi arquivado por falta de provas.

Apontado como um dos mais célebres desvios éticos da imprensa, o caso já rendeu condenações judiciais à Rede Globo, os jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e a revista IstoÉ. Mas as empresas recorrem e os processos se arrastam.

Como igualmente explorou o caso, a TV SBT também foi acionada judicialmente por danos morais. O TJ/SP considerou que "o exercício abusivo e irresponsável do direito, se causar danos, enseja o dever de indenizar", condenando a emissora a pagar R\$ 300 mil para cada um dos três autores da ação.

Como a TV SBT recorreu, a ação foi julgada recentemente pela 3ª turma do STJ. O relator, ministro Villas Bôas Cueva, citou trecho do acórdão do TJ/SP, segundo o qual a prova testemunhal colhida demonstrou de forma suficiente que a emissora, diariamente, apresentou "reportagens de conteúdo inverídico e sensacionalista" sobre fatos supostamente criminosos imputados aos donos da escola, fatos estes que foram posteriormente desmentidos, "o que lhes causou sérios danos à honra e imagem".

Quanto ao valor da condenação, o relator admitiu a revisão por entender que o montante fixado foi desproporcional à ofensa sofrida, e reduziu de R\$ 300 mil para R\$ 100 mil a indenização para cada um dos ex-proprietários do estabelecimento. Mesmo com a revisão da indenização, a emissora declarou à imprensa que recorrerá novamente.

Portal da CUT

Fetraf organiza mobilização no dia 27 e inicia negociações com o governo federal

20/02/2014

Na pauta, ampliação da licença-maternidade para 180 dias e melhorias no atendimento previdenciário

Escrito por: William Pedreira

A Fetraf-CUT (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar) prepara para o dia 27 de fevereiro uma grande mobilização que abrangerá diversas regiões do País.

Este será o primeiro ato da 10ª Jornada de Lutas da Agricultura Familiar organizado todos os anos pela entidade.

Na pauta de reivindicações, dois pontos centrais: a ampliação da licença-maternidade de 120 para 180 dias, assim como já é garantido ao funcionalismo público; e melhorias no atendimento previdenciário.

De acordo com Marcos Rochinski, coordenador-geral da Fetraf, persiste nos dias de hoje o preconceito contra os agricultores e as agricultoras familiares. "Algumas agência do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) não reconhecem a realidade do campo, prestando atendimentos inadequados às nossas entidades", ressaltou.

Em Brasília, a entidade será recebida pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho e pelo ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho. "Vamos entregar formalmente a nossa pauta da Jornada e iniciar a negociação com o governo buscando assegurar todos os nossos direitos e conquistas no âmbito da Previdência Social", acrescenta Rochinski.

A pauta nacional dos agricultores e agricultoras familiares foi construída a partir de um conjunto de sugestões trabalhadas em cada estado e região. Rochinski informa que nos meses de março e abril haverá o desdobramento das negociações nos diferentes ministérios (Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social, Integração, Meio Ambiente).

Agricultura Familiar em destaque- a partir de uma campanha dos movimentos sociais iniciada em 2008 com o apoio de cerca de 350 organizações em mais de 60 países, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Para Rochinski, é o reconhecimento da importância da agricultura familiar, que passa a exercer um papel de destaque dentro da Organização das Nações Unidas (ONU).

"Com isso, as Nações Unidas demonstram de fato a preocupação com a produção dos alimentos. A agricultura familiar é o único modelo capaz de gerar e distribuir renda, de produzir alimentos com a preservação ambiental, de garantir o desenvolvimento sustentável. Vamos cobrar do governo federal que não basta fazer ações com as organizações e ministérios que temos afinidade, mas será a oportunidade de dialogar com a sociedade e possibilitar que todos possam conhecer o significado do viver na agricultura familiar", assinalou o dirigente.

Portal da CUT

SC: Agricultura familiar conquista isenção de ICMS em produtos da alimentação escolar

20/02/2014

Conquista foi alcançada após quatro anos de discussão e negociação

Escrito por: FETRAF-Sul

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL/CUT) comemora a primeira conquista junto ao governo do Estado de Santa Catarina após quatro anos de discussão e negociação: a isenção do ICMS nos gêneros alimentícios para a alimentação escolar. O decreto foi publicado no dia 20 de dezembro de 2013 e já está em vigor.

Agricultores familiares, empreendedores rurais ou suas organizações que possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e estão enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) são os beneficiados com a política pública. Pelo decreto governamental, os agricultores ficarão isentos até o limite de R\$ 20 mil/ano por produtor.

Para a FETRAF-SUL/CUT esta é uma conquista importante, porém, não garante ao agricultor familiar a venda dos produtos. "Estamos lutando pelo fim da terceirização da alimentação escolar, pois, mesmo com a isenção do ICMS o agricultor familiar corre risco do Estado não adquirir os produtos para as escolas e não ser beneficiado pela política pública.", disse o coordenador da FETRAF-SUL/CUT em Santa Catarina, Alexandre Bergamin. Para a Federação, o Estado deve cumprir imediatamente a lei que visa a compra de 30% da alimentação escolar da agricultura familiar e que este percentual chegue a 100% (representando R\$ 12 milhões/ano).

Outros projetos aprovados pela Assembleia Legislativa e vetados pelo governador também estão pendentes para ser resolvidos:

1. Política Estadual para as agroindústrias familiares (PL 0290/2010).
2. Projeto de lei que institui a política Estadual de incentivo à produção de leite (PL 107/2008).
3. Compra de no mínimo 20% de produtos orgânicos para alimentação escolar (PL 257/2011).
4. Contrapartida de R\$ 5 mil no Programa de Habitação Rural.

Na próxima semana a Federação entrega a pauta de reivindicações da X Jornada de Lutas da Agricultura Familiar, que contempla os pontos acima, ao governador catarinense.

Portal da CUT

Coronel afirma que Fiesp subornou general para apoiar golpe contra Jango em 1964

20/02/2014

General Amaury Kruel, amigo e apoiador do presidente deposto, teria recebido US\$ 1,2 milhão para apoiar movimento golpista

Escrito por: Rede Brasil Atual

O coronel reformado do Exército Erimá Pinheiro Moreira, de 89 anos, afirmou nesta terça-feira (18) que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) subornou o general Amaury Kruel para que ele se voltasse contra o presidente João Goulart, apoiando o golpe de Estado de 1964. Em depoimento à Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo, o coronel afirmou ter presenciado o ex-presidente da Fiesp Raphael de Souza Noschese, na companhia de três homens, chegar a uma reunião com o general portando malas com US\$ 1,2 milhão.

O general Amaury Kruel foi ministro da Guerra do ex-presidente João Goulart (1961-1964). Considerado fiel, foi designado ao comando do 2º Exército, em São Paulo. Goulart foi deposto, com apoio de Kruel, que no dia anterior ao golpe havia declarado publicamente que se o presidente não expurgasse "os comunistas de seu governo" ele não mais o apoiaria.

Porém, a história contada pelo coronel reformado revela que a mudança repentina de atitude do general Kruel pode não ter sido por questões ideológicas, mas econômicas.

Em 1964, Moreira era major-farmacêutico do Exército em São Paulo. No dia 31 de março, o coronel Tito de Oliva Maia, diretor do Hospital Geral Militar, procurou por ele e solicitou que emprestasse a sede do laboratório de análises clínicas, do qual Moreira era proprietário, para realizar uma reunião. Ali, Amaury Kruel receberia pessoas que não poderiam ser recebidas na sede do grupamento, nem no Hospital Militar.

Sem entender, o então major levou coronel Tito até o local, no bairro da Aclimação, centro da capital. Pouco depois Kruel chegou, acompanhado de cinco batedores. Mais alguns minutos e chegou ao local o então presidente da Fiesp, Raphael de Souza Noschese, acompanhado de três homens, cada um com duas malas.

Moreira estranhou as malas e, temendo um atentado, exigiu que fossem abertas. "Eram seis malas. Eu estava com o general lá, com a vida garantida em meu laboratório. Podia ter ali uma bomba, um revólver, ou qualquer coisa que atacasse a gente e matasse o general", explicou. "Eu mandei abrir as malas. Foi quando começou uma briga e eu vi que era só dólar, dólar, dólar, todas elas cheias de dólar. Amarradinho do banco."

Segundo o relato, todos foram para o andar de cima. Menos Moreira e os batedores. Algum tempo depois Kruel chamou por ele e disse: – Põe estas malas no porta malas do meu carro e traz a chave para mim.

"Não tive dúvidas. Fui lá, coloquei no carro, fechei e entreguei a chave para ele", comentou. Segundo Moreira, coronel Tito lhe disse que havia US\$ 1,2 milhão e que o dinheiro fora enviado pelo governo americano.

O hoje coronel reformado acreditava que se tratasse de dinheiro para ações contra o golpe. "O general Amaury Kruel esteve com a gente de manhã e disse uma coisa muito simples: O Goulart não cai. Eu morro, mas ele não cai. É meu compadre, nós somos amigos de infância. Fui posto aqui para garanti-lo."

Ao voltar ao hospital, mais à noite, Moreira ouviu no rádio o pronunciamento de Kruel, colocando-se contra Goulart. Logo depois foi chamado pelo coronel Tito para uma reunião. "Ele disse assim: 'Senhores, o general Amaury Kruel, mandou o coronel (de infantaria) aqui para saber se estão ao lado dele ou se estão contra ele. Porque ele acabou de aderir à revolução'".

Para o presidente da Comissão da Verdade da Câmara, vereador Gilberto Natalini (PV), o depoimento de Moreira é "bombástico". "Agora vamos sentar, analisar e levantar nomes possíveis para depor", disse, em entrevista publicada na página da Câmara. "O que ele contou vai contribuir muito para a nossa linha de investigação – que é o financiamento civil da ditadura militar."

Perseguição

Moreira relatou ainda que contestou o recebimento do dinheiro pelo general Kruel e acabou cassado. "De manhã, quando fui voltar ao trabalho, o general Tito me disse: 'Major, você está em férias a partir de hoje. Vai para casa, pega família, vai viajar um pouco para melhorar essa cabeça sua'. Enquanto eu estive fora encenaram uma documentação falsa de que eu era subversivo e me cassaram."

Os problemas não pararam aí. Moreira afirmou que o Departamento de Ordem Pública e Social (Dops) colocou uma banca de jornal na frente do laboratório dele para vigiá-lo. Depois disso, ainda teve de se mudar por conta das constantes difamações que sofria. "Eu tive de mudar de casa, ali do Cambuci, porque a minha mulher saía na rua e os vizinhos ficavam na janela da sala dizendo: 'olha a mulher do comunista'."

O coronel reformado afirmou durante o depoimento que nunca se envolveu com questões políticas. "Eu nunca fui comunista. Sou brasileiro nato, adoro meu país, nunca tive problema com político nenhum, nunca me envolvi em política", disse.

Moreira foi anistiado em 1979, devido à Lei de Anistia, e conseguiu na Justiça o direito de ser promovido a ponto máximo da carreira, aposentando-se como coronel-farmacêutico.

Noschese, ex-presidente da Fiesp, morreu em 2000, aos 90 anos.

Em nota publicada em reportagem de O Globo, a federação afirmou que "é importante lembrar que a atuação da entidade tem se pautado pela defesa da democracia, do Estado de Direito e pelo desenvolvimento do Brasil". Segundo a entidade empresarial, "eventos do passado que contrariam esses princípios podem e devem ser apurados".

Portal da CUT

Em programa ao vivo, professor dá bronca na Globo e ensina que Venezuela é uma democracia

20/02/2014

Igor Fuser, da UFABC, desnor-teia âncora Mônica Waldvogel em programa da GN que tentava detonar governo Maduro. "Nunca vi notícia positiva sobre a Venezuela na Globo e na mídia brasileira"

Escrito por: RBA

O professor de Relações Internacionais da USP José Augusto Guillon e a apresentadora Mônica Waldvogel, do programa "Entre Aspas", da Globonews, chegaram ao limite da gagueira, nesta terça-feira à noite (18), durante debate a respeito da crise na Venezuela com a participação do jornalista Igor Fuser, do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC). O debate começa dirigido, ao oferecer como gancho para a discussão a figura de Leopoldo López, o líder opositor acusado de instigar a violência nos protestos das últimas semanas, e preso ontem.

Diz a narração de abertura: "Ele é acusado de assassinato, vandalismo e de incitar a violência. Mas o verdadeiro crime de Lopez, se podemos chamar isso de crime, foi convocar uma onda de protesto contra o governo de Nicolás Maduro. Protestos seguidos de confrontos que deixaram quatro mortos e dezenas de feridos". E segue descrevendo que a violência política decorre da imensa crise no país – inflação, falta de produtos nas prateleiras, criminalidade em alta. Ainda no texto de abertura, na voz de Mônica, o governo é acusado de controlar a economia e a Justiça, pressionar a imprensa e lançar milícias chavistas contra dissidentes. E encerra afirmando que Leopoldo Lopez, na linha de frente, reivindica canais de expressão para os venezuelanos, e abrem-se as aspas para Lopez: "Se os meios de expressão calam, que falem as ruas".

Do início ao fim do debate, com serenidade e domínio sobre o assunto, Igor Fuser leva a apresentadora e o interlocutor às cordas. Reconhece as dificuldades políticas do presidente Nicolás Maduro e a divisão da sociedade venezuelana. Mas corrige os críticos, ao enfatizar que o país vive uma democracia, e opinar que a campanha liderada por López é "golpista", ao ter como mote a derrubada do governo legitimamente eleito com mandato até 2019.

Fuser informa que em dezembro se cristalizou um processo de diálogo entre governo e oposição, então liderada por Henrique Capriles, derrotado nas duas últimas eleições presidenciais por margem muito pequena de votos. E que a disposição ao diálogo levou a direita mais radical a isolá-lo, permitindo a ascensão de figuras como Leopoldo López. Indagado se não seria legítimo as manifestações da ruas pedirem a saída do governo, como foi no Egito ou está sendo na Ucrânia, o professor da UFABC resume que as manifestações na Ucrânia são conduzidas por nazistas, e no Egito a multidão protestava contra uma ditadura. Lembra que na Venezuela houve quatro eleições nos últimos 15 meses, que o chavismo venceu todas no plano federal, mas que as oposições venceram em cidades e estados importantes, governam normalmente e as instituições funcionam, e que a Constituição é cumprida.

Questionado sobre a legitimidade da Constituição – que teria sido aprovada apenas por maioria simples – informou que a Carta, depois de passar pelo Parlamento, foi submetida a referendo popular e aprovada por 80% dos venezuelanos – o que inclui, portanto, mais da metade dos que hoje votam na oposição. E à ironia dos debatedores, de que seria paranoia das esquerdas acusar os Estados Unidos de patrocinar uma suposta tentativa de golpe, esclareceu: os Estados Unidos estiveram por trás de tantos golpes da América Latina – na Guatemala nos anos 1950, no Brasil em 1964, no Chile em 1973, na própria Venezuela em 2002 – que não é nenhum absurdo supor que estejam por trás de mais um. E que também não é absurdo, em nenhum país do mundo, expulsar diplomatas que se reúnem com a oposição como se fossem dela integrantes.

O jornalista desmontou também os argumentos de que o país sofre de ausência de liberdade de expressão. Disse que o governo dispõe, de fato, de jornais, canais de rádio e de televisão

importantes, mas que dois terços dos veículos de imprensa da Venezuela são controlados por forças opositoras. E que o que existe na Venezuela seria, portanto, a possibilidade de contraponto. E Fuser foi ferino no exemplo dos problemas que a ausência de diversidade nos meios de comunicações causam à qualidade da informação: "Sou jornalista de formação e nunca vi nem na Globo nem nos jornais brasileiros uma única notícia positiva sobre a Venezuela. Uma única. A gente pode ter a opinião que a gente quiser sobre a Venezuela, é um país muito complicado. Agora, será que em 15 anos de chavismo não aconteceu nada positivo? Eu nunca vi. Não é possível que só mostrem o que é supostamente ruim. Cadê o outro lado? Será que os venezuelanos que votaram no Chávez e no Maduro são tão burros, de votar em governo que só faz coisa errada?"

Vale a pena assistir aos 26 minutos de programa. Essa crítica à Globo em plena Globo está nos dois minutos finais.

E fecha aspas! Fecha aspas!

<http://g1.globo.com/globo-news/entre-aspas/videos/>

Escrito por Paulo Donizetti de Souza, da Rede Brasil Atual

Organizado por Ernesto Germano